

A economia exige decisões imediatas

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

O vice-presidente em exercício, José Sarney, terá de tomar decisões cruciais na área econômica, algumas com imediatos reflexos sociais, e assumir opções que poderão desgastar o governo não só entre as lideranças sindicais e trabalhadoras, como também no Congresso. Na pauta para decisão estão, nos próximos três meses, a questão do salário mínimo — se haverá ou não recomposição —, a forma de reajustar as prestações da casa própria a partir de 1º de julho, e as novas bases para renegociação da dívida externa com o FMI e os banqueiros.

Também estará sob a direta responsabilidade do vice-presidente em exercício cumprir o compromisso assumido pelo presidente eleito Tancredo Neves, em sua campanha eleitoral, de executar, logo nos primeiros dias de seu governo, um programa de criação de empregos na periferia das grandes cidades e de reativação da construção civil, ou ceder às pressões dos Ministérios do Planejamento e da Fazenda, que recusam o projeto argumentando que não será possível financiá-lo senão gerando mais inflação.

O SALÁRIO MÍNIMO

No centro das decisões cruciais que Sarney terá de adotar nos próximos três meses está a inevitável divisão do Ministério entre os "duros" da área econômica, que desejam restringir ao máximo os gastos públicos para conter o déficit estatal, baixar a inflação e oferecer bons argumentos para um novo acordo com o FMI, e os ministros desejosos de implementar a política social anunciada por Tancredo e incluída no programa da Aliança Democrática. Engrossando este lado situam-se também os ministros que têm sob sua jurisdição grandes empresas estatais das áreas de energia, siderurgia, transportes e telecomunicações, que pressionam o governo para evitar ou reduzir cortes nos investimentos dessas empresas.

A questão do salário mínimo é ilustrativa: pelos discursos e promessas do presidente, quando em campanha eleitoral, era razoável esperar-se que no primeiro reajuste do salário mínimo na Nova República, em 1º de maio, fosse iniciado o processo de recomposição das perdas salariais das classes trabalhadores ao longo dos últimos anos.

O ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, pensava assim, tanto que constituiu uma comissão interministerial para examinar a matéria, convidando para integrá-la, como uma espécie de assessor, o diretor do Dieese, Walter Barelli. Pazzianotto, contudo, foi surpreendido pela firme decisão da dupla Dornelles-Sayad, que não admite nenhuma recomposição, limitando-se o reajuste à variação do INPC no semestre, tal como vinha ocorrendo há dois anos, duran-

te a administração do presidente Figueiredo.

QUEBRA DO SFH

O governo, especialmente o ministro da Habitação, Flávio Peixoto, e o novo presidente do BNH, José Aragão, está convencido de uma inevitável "quebra" no Sistema Financeiro da Habitação, se for aplicada a correção monetária sobre as prestações da casa própria que vencerem em 1º de julho. Atualmente o nível de inadimplência é superior a 15% (com mais de três prestações em atraso), e a situação tenderá a piorar com a expectativa da aplicação da correção monetária em julho.

Sabe também o governo que as medidas adotadas pela administração anterior, até mesmo um certo nível de subsídio através do orçamento fiscal para financiar os bônus a que têm direito os mutuários, são meros paliativos que não resolvem o problema básico, ou seja, o reajuste das prestações que crescem mais do que o reajuste dos salários dos mutuários.

Para solucionar essa questão só há dois caminhos: reduzir drasticamente a inflação e, portanto, a correção monetária — o que está no desejo mas não nos poderes do governo — ou subsidiar fortemente o sistema, de modo a compatibilizar o nível de reajuste com o nível de crescimento salarial. Esse subsídio exigirá a emissão de alguns trilhões de cruzeiros, afetando a base monetária, o que certamente enfrentará forte resistência dos Ministérios do Planejamento e da Fazenda. Trata-se, enfim, de uma decisão política, que só cabe ao presidente da República.

NEGOCIAÇÕES COM O FMI

Com a perspectiva de o presidente Tancredo Neves permanecer fora do poder ainda algum tempo, muda a expectativa dos banqueiros e do Fundo Monetário Internacional em relação ao reinício das negociações envolvendo a fase três do processo de refinanciamento da dívida externa brasileira. Antes, a intenção era esperar que o presidente tomasse posse; agora, os banqueiros e o Fundo pretendem voltar a negociar, mesmo sem a presença de Tancredo.

Da parte do governo, a intenção é ganhar tempo até que o País esteja preparado para apresentar uma proposta realista, em termos de metas monetárias e dos "critérios de desempenho" exigidos pelo Fundo. Essa demora, contudo, não poderá ser demasiadamente longa, porque o País está perdendo reservas, gastos com o pagamento de US\$ um bilhão de juros por mês. As reservas estão sendo atingidas.

Isso significa que caberá ao vice-presidente em exercício, José Sarney, tomar a decisão sobre a proposta brasileira que comporá a oitava carta de intenções.